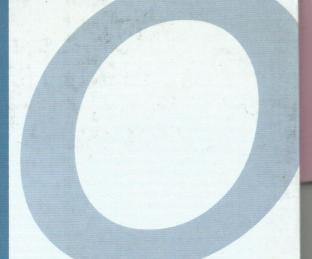
Néstor García Canclini



LEITORES, ESPECTADORES EINTERNAUTAS

OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL ILUMI/URAS

CIDADÃOS

Olhando-se os comportamentos de massa do ponto de vista do mercado, parece que procuram desativar-nos: somos cada vez menos responsáveis, sem capacidade para intervir nos espetáculos de que desfrutamos ou na informação que selecionam para nós. Apenas simulacros de participação e de democracia direta, como as entrevistas dirigidas ou editadas pelos noticiários. Ou essa ilusão de que o público pode escolher quem fica e quem sai, como em *Big Brother*, jogo para legitimar com aparência democrática a exclusão social.

É necessário vincular essa suspeita às novas formas de interatividade produzidas pela tecnologia e ao incremento das demandas sociais, políticas e culturais. Cidades como México e Buenos Aires, que começaram a eleger seus governantes em meados dos anos noventa, são discutidas em grande parte pelo que fazem ou deixam de fazer em cultura (e, cada vez mais, em segurança). Associações civis e ONGs estão representando setores antes à margem do sistema político ou aos que faltava voz para reclamar e promovem rádios e telemissoras comunitárias. De modo que existe um jogo complexo, em várias direções, entre ser cidadão e ser consumidor. Em algumas formas de expansão do consumo, como Internet, ou com o aumento da escolaridade média e superior, criam-se melhores condições para que nós, consumidores, sejamos capazes de apreciar repertórios culturais e estéticos diversos.

Junto às empresas que preferem clientelas homogêneas e dóceis, outras — como MTV ou CNN — incorporam os gostos locais,

transmitem a partir de muitas cidades, combinam entonações diferentes do espanhol e do inglês. Também os novos movimentos sociais têm formatos maleáveis, dispostos a articular múltiplas demandas que possam relacionar-se globalmente.

Na América Latina, são escassas as instituições capazes de expressar uma cidadania adequada para esta época. O voto é um pouco mais respeitado do que em outros tempos, mas faltam movimentos de consumidores, de telespectadores, formas de representação de cidadãos como a do ombudsman dos direitos comunicacionais e culturais. Poucos jornais em castelhano têm a figura do defensor do leitor. Na televisão, vários países europeus moderam o tempo da publicidade e a espetacularização violenta dos conflitos íntimos e dos dramas sociais por meio de conselhos de cidadãos ou integrados por diversos setores (governo, sociedade civil, empresas de comunicação e criadores). Os governos e empresários latinoamericanos rejeitam essas ações, invocando uma suposta capacidade de auto-regulação ética dos canais, embora sua trajetória mostre dificuldades para situar a caça aos espectadores dentro de normas públicas. Continuamos esperando a tradução midiática de uma descoberta do século passado: o fato de que a democratização da sociedade não passa unicamente por rotinas eleitorais ou outros comportamentos expressamente políticos.

Será que chegaremos, com a Internet, à democracia de duas mãos de direção: os cidadãos envolvidos em um assunto participarão da decisão governamental e o Estado deixará transparentes, suas contas, nas telas? A intervenção de cidadãos não consegue mudar a centralização da organização da informação e a tomada de decisões. Os usuários da Web são chamados de visitantes e quem visita não dita as normas da casa, ainda menos quando se trata de uma casa tão peculiar em que há mais lixo que entra do que sai. São tantas as inseguranças da Rede que já se está pedindo a criação do *defensor do internauta*. Não só para proteger os menores como também para promover concorrência menos desleal entre as empresas, dar confiabilidade à informação e reduzir a brecha digital. Em março de

2007, na Espanha, o PP e o PSOE¹, que não costumavam votar juntos, propuseram criar esse novo defensor de direitos nas redes a fim de contribuir para a alfabetização virtual, unificar os sistemas de informação, acelerar o tele-trabalho e os usos de meios eletrônicos que facilitem a mobilidade social e cultural.

A organização em redes possibilita exercer a cidadania para além do que a modernidade esclarecida e audiovisual fomentou para os eleitores, os leitores e os espectadores. Diariamente estão sendo difundidas informações eletrônicas alternativas que transcendem os territórios nacionais e são desmentidos em milhares de webs, blogs e e-mails os argumentos falsos com que os governantes "justificam" as guerras, a tal ponto que as emissoras de rádio e televisão, que repetiam a falsidade, às vezes se vêem obrigadas a reconhecer o embuste. Compreendemos um pouco melhor as conexões entre o próximo e o distante. Enquanto isso, os novos meios geram desafios para os quais a maioria dos cidadãos não foi treinada: como usar o software livre ou proteger a privacidade no mundo digital, o que fazer para que as brechas no acesso não agravem as desigualdades históricas entre nações ou etnias, campo e cidade, níveis econômicos e educacionais?

¹ PP: Partido Popular, situado à direita do espectro ideológico; PSOE: Partido Socialista Operário Espanhol, à esquerda. (N.T.)

Coleção Os livros do observatório Dirigida por Teixeira Coelho

> Copyright © 2008 Itaú Cultural

Copyright © 2008 desta edição Editora Iluminuras Ltda.

> . Capa Carlos Clémen

Revisão técnica Teixeira Coelho

Revisão Virgínia Arêas Peixoto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

García Canclini, Néstor Leitores, espectadores e internautas / Néstor García Canclini ; tradução Ana Goldberger. — São Paulo : Iluminuras, 2008.

Título original: Lectores, espectadores e internautas Bibliografia ISBN 978-85-7321-283-9 (Iluminuras) ISBN 978-85-85291-77-8 (Itaú Cultural)

1. Política cultural I. Título.

08-00904

CDD-306

Índices para catálogo sistemático:

1. Política cultural 306

2008

EDITORA ILUMINURAS LTDA.

Rua Inácio Pereira da Rocha, 389 - 05432-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: (11)3031-6161 / Fax: (11)3031-4989

iluminur@iluminuras.com.br www.iluminuras.com.br